

## IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 25.11.2021

### Resolução das inundações

Nesta intervenção no período de antes da ordem do dia, continuo a dar atenção ao plano de melhoramento da prevenção de inundações e drenagem em Macau. A resolução das inundações é algo importante que não se pode ignorar no desenvolvimento da cidade, e tem sido um tema alvo da atenção da população. Na recente sessão sobre as Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, e em resposta à minha pergunta sobre o tratamento das inundações no Porto Interior, o Chefe do Executivo afirmou que, após os tufões e chuvas torrenciais deste ano, verificámos que as câmaras de bombagem do Porto Interior conseguiram surtir o efeito de drenagem, por isso, vai ser construída, de imediato, a estação elevatória na Praça de Ponte e Horta, e espera-se que, a curto prazo, fique bem construída para resolver parte dos problemas de inundações, e que, a longo prazo, a prevenção de inundações seja ponderada por toda a sociedade. Mas sabemos que as inundações das zonas baixas se devem a várias razões, e as estações elevatórias de águas pluviais e as “box-culverts”, entre outras instalações, só conseguem dar resposta às inundações provocadas por chuvas torrenciais e, quanto às inundações provocadas por mau tempo e “storm surges”, para as resolver é necessário recorrer a outras soluções, tais como a barragem de marés.

O Governo revelou que estava ainda a realizar os trabalhos preparatórios para a construção da barragem de marés e que precisava de aguardar a aprovação da obra hídrica por parte do Governo Central, mas, mesmo assim, a resolução adequada das inundações continua a ter de demorar algum tempo para atingir as expectativas da população. Mais, o Chefe do Executivo também disse que os custos de concepção e construção da barragem de marés são elevados, e que, após a sua construção, o Governo da RAEM tem de assumir as despesas com a reparação e manutenção da barragem de marés, bem como a sua gestão diária, portanto, não se afasta a possibilidade de esta barragem se vir a transformar num outro elefante branco, mais, é necessário ponderar a vida útil das instalações e equipamentos, pois a barragem pode perder a sua função devido a alguma falha mecânica.

Assim, sugiro que o Governo pondere estudar, de forma activa, outras soluções de melhoramento, para além da construção da barragem de marés, por exemplo, a solução proposta pela sociedade há alguns anos, isto é, a construção de um dique no Porto Interior. Esta solução propõe, principalmente, a construção de um aterro na zona costeira do Porto Interior, ou seja, entre a Barra e o Mercado do Patane, e de um dique alto com 25 metros, o que pode resolver as inundações provocadas por “storm surges” e mau tempo, entre outras razões, evitar as elevadas despesas de manutenção e reparação que devem ser pagas anualmente – um grande encargo para a economia e finanças de Macau – e ainda alargar as vias do Porto Interior, aliviando a falta de terrenos na península

de Macau e criando uma nova oportunidade para o futuro desenvolvimento das zonas do Porto Interior, da Praia do Manduco e do Patane.

Espero que o Governo proceda bem à avaliação dos respectivos riscos e que, tendo em conta a relação custo benefício e a situação do futuro desenvolvimento financeiro da RAEM, entre outros factores, apresente, quanto antes, uma solução concreta e exequível para as inundações, para resolver de vez o problema que persiste e tem incomodado a população ao longo dos anos.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 25.11.2021**

### **Definir um planeamento de longo prazo para o centro de inspecções de veículos situado ao lado do lote P**

Segundo as previsões das autoridades, a residência para idosos que está a ser construída no lote P poderá começar a receber residentes em 2024, com 1800 habitações disponíveis. Esta residência oferece aos idosos uma melhor opção de ambiente habitacional e, para um bom ambiente habitacional, não basta olhar os equipamentos no interior das fracções, mas também devemos ponderar se o ambiente circundante é adequado às suas necessidades habitacionais. O Centro de Inspeções de Motociclos está situado ao lado do lote P, sempre com veículos a entrar e a sair, e a estacionar ali à espera da inspecção, o que, sem dúvida, afecta a qualidade do ar desta zona e não favorece as deslocações dos idosos. Assim, sugiro que as autoridades planeiem, quanto antes, a localização do referido centro, para resolver a questão do destino do centro de inspecções de veículos antes da entrada em funcionamento da residência para idosos.

Segundo o planeamento geral do lote P, este vai ser uma zona residencial com grande densidade populacional, por isso não é adequada a actual localização do Centro de Inspeções de Veículos Automóveis. Sugiro que o Governo pondere, a longo prazo, um outro local para o referido Centro e escolha um terreno adequado para o mesmo, com vista a um melhor planeamento, a longo prazo, dos terrenos, e à criação de melhores condições para este Centro. Mais, o Governo pode ainda ponderar a fusão do actual Centro de Inspeções de Motociclos em Macau com o Centro de Inspeções de Veículos Automóveis no Cotai, a optimização do actual fluxo de inspecção, a integração dos recursos e equipamentos dos serviços de inspecção, e a mobilização flexível do seu pessoal, para reduzir eficazmente o tempo de espera para inspecção dos veículos.

Recentemente, a DSAT afirmou que o Centro de Inspeção trata, em média, mais de 500 veículos por dia, e a área útil do Centro de Inspeções de Motociclos é insuficiente, o que impossibilita o aumento das vias de inspecção e dos equipamentos necessários. Face ao aumento contínuo do número de veículos sujeitos a inspecção, estes têm muitas vezes de ficar à espera nas faixas de rodagem, afectando o trânsito das vias principais vizinhas e, em caso de mau tempo, os condutores que estão à espera ficam bastante atrapalhados. Se no lote P forem construídas residências para idosos, a faixa de rodagem em direcção ao Centro de Inspeção deve ser ajustada, por isso, sugere-se à DSSOPT e à DSAT que dialoguem, o mais cedo possível, sobre a localização do Centro de Inspeção, com vista a satisfazer as necessidades do futuro desenvolvimento comunitário e do planeamento do trânsito daquela zona.

## **IAOD dos Deputados Lo Choi In e Pang Chuan em 25.11.2021**

### **Industrialização do ensino superior, para melhorar a respectiva qualidade, criar mais postos de trabalho e aumentar a receita pública, em prol da diversificação económica**

Investir no ensino é investir no futuro da sociedade. Desde o Retorno à Pátria, o ensino evoluiu, e Macau tem agora mais de dez instituições de ensino superior e 15 anos de escolaridade gratuita, graças à boa governação do Governo e aos esforços do sector educativo.

O investimento na educação representa uma fatia significativa do PIB, mas não chega ao nível dos países desenvolvidos. A passagem para uma economia baseada no conhecimento, a diversificação económica, a transformação da economia comunitária, e a integração na Grande Baía, enquanto tendência de desenvolvimento da nova era, requerem grande quantidade de profissionais qualificados. O Governo tem de investir mais no ensino, para reforçar a reserva de quadros qualificados, no sentido de garantir a prosperidade duradoura e o desenvolvimento sustentável.

O ensino superior de Macau conheceu grande progresso nos últimos 20 anos, mais os quatro laboratórios de referência do estado, portanto, estão reunidas as condições para a respectiva industrialização. O desenvolvimento da Grande Baía e a cooperação Hengqin-Macau acarretam muitas vantagens, assim, o Governo deve considerar a parceria entre as melhores universidades do Interior da China e as instituições de ensino superior de Macau, criando uma cidade universitária na zona de cooperação em Hengqin, no sentido de atrair mais estudantes. Deste modo, aumenta-se o rendimento económico, criam-se mais postos de trabalho, e retêm-se os quadros qualificados.

Mais, há que criar bases de investigação científica, através da importação de equipas e académicos das melhores universidades do Interior da China, no sentido de promover a educação, a inovação científica e a formação de profissionais, a integração entre a indústria, a educação e a investigação, e a elevação da competitividade e reputação internacional das universidades de Macau, gerando rendimento económico para reforçar o investimento na educação e alcançar a sustentabilidade do ensino superior.

Mais, com a persistência da pandemia durante estes dois anos, a vida dos cidadãos foi gravemente afectada. No caso dos alunos universitários, apesar dos subsídios do Governo para as propinas, as despesas com a educação são um grande encargo para a família; e no caso dos jovens recém-graduados, têm logo de enfrentar o reembolso das bolsas-empréstimo, mesmo sem terem ainda carreiras estáveis. Vários dos cidadãos que desejam prosseguir os seus estudos

para mudar de profissão deixam os seus planos de lado, devido à queda significativa dos rendimentos por causa da pandemia.

Assim, apelamos ao Governo para promover, mais dinamicamente, o desenvolvimento do empreendedorismo das instituições do ensino superior e a industrialização da cooperação entre Hengqin e Macau ao nível do ensino superior, a fim de se criar receitas económicas para a RAEM e assegurar recursos suficientes para o Governo da RAEM. Aliás, pode continuar a aumentar-se o financiamento aos cursos universitários, o valor das bolsas-empréstimo e as quotas dos prémios especiais, e a proporcionar-se subsídios de aprendizagem de curto prazo aos alunos do ensino primário, secundário e superior que estudem no Interior da China e no exterior.

Pode ainda aumentar-se as quotas e propinas dos mestrados e doutoramentos para os estudantes estrangeiros, elevando-se as capacidades e reservas de recursos das instituições. Aumenta-se as receitas das universidades, impondo-se que canalizem recursos para os estudantes locais, na redução ou isenção das propinas, aumento das bolsas de mérito, e aumento do apoio financeiro na frequência de mestrados ou cursos que conferem diploma, no sentido de incentivar os trabalhadores no activo e os desempregados a prosseguirem estudos e de apoiar os jovens e as pessoas de meia-idade a progredirem na carreira.

Assim, será possível aliviar os encargos das famílias, concretizar o desenvolvimento da diversificação industrial, promover a mobilidade vertical dos quadros qualificados e criar fortuna para Macau investir no futuro, por forma a enfrentar futuros desafios e a assegurar o desenvolvimento estável e a longo prazo de Macau.

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 25.11.2021

### **Aproveitar as oportunidades da RCEP para a diversificação adequada da economia de Macau**

Em Novembro do ano passado quinze países, nomeadamente, o Interior da China, os dez países que compõem a ASEAN, e o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia assinaram o acordo da Parceria Económica Regional Abrangente (*RCEP*), o que simbolizou o lançamento oficial da zona de comércio livre mais populosa, com a maior dimensão económica e potencialidade de desenvolvimento do mundo. Em termos dos intercâmbios económico e comercial existentes, os dois principais parceiros comerciais de Macau são o Interior da China e as outras Partes da *RCEP*, representando 27,9 por cento e 14,1 por cento do volume total do comércio de Macau, respectivamente, tendo assim um impacto significativo no seu desenvolvimento económico e comercial. Em termos do futuro planeamento de desenvolvimento, Macau deve integrar-se activamente no desenvolvimento nacional e explorar a adesão ao referido acordo, para estimular a sua vitalidade, enquanto porto franco, andando assim no comboio expresso da cooperação multilateral e de um desenvolvimento regional mutuamente benéfico, e abrindo mais espaço para o seu próprio desenvolvimento.

A *RCEP* reduziu as barreiras comerciais e gerou um alto nível de compromisso de abertura nos aspectos do comércio de mercadorias, do comércio de serviços e do investimento estrangeiro, como também veio simplificar a qualificação de origem e os procedimentos alfandegários, e o comércio electrónico atingiu, pela primeira vez na região Ásia-Pacífico, um âmbito global e de alto nível das suas regras multilaterais, o que favorece o desenvolvimento da indústria do comércio electrónico transfronteiriço. A *RCEP* ajudará, certamente, a internacionalização do Renminbi e impulsionará a liquidação interna deste, e o investimento e a procura de reservas. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) manifestou maior interesse em investir em activos denominados em RMB. A assinatura do referido acordo irá aumentar a procura do uso transfronteiriço do RMB. Mas prevê-se que o acordo demore algum tempo a ser implementado, uma vez que ainda há um longo caminho a percorrer antes de poder entrar em vigor.

Macau, como uma zona aduaneira independente, ainda não requereu a adesão à *RCEP*. Embora a celebração do CEPA entre Macau e o Interior da China seja mais vantajosa do que a entrada dos países-membros da *RCEP* no mercado do Interior da China, entendemos que é necessário aproveitar as oportunidades surgidas com o aumento das trocas comerciais e investimentos regionais para aderir à *RCEP* o mais cedo possível, o que não só facilita a entrada das empresas de Macau nos mercados externos, mas também oferece mais garantias. Há também as seguintes contribuições importantes para a diversificação adequada da economia de Macau:

Primeiro, Macau é a plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, e situa-se no centro da região Ásia-Pacífico, onde vivem muitos chineses ultramarinos. A sua excelente localização regional e o talento da população são condições favoráveis para se desenvolver a cooperação económica e comercial com o exterior. Com a assinatura da Parceria Económica Regional Abrangente (*RCEP*), Macau terá mais oportunidades de se desenvolver conjuntamente com as empresas do Interior da China.

Segundo, o sector financeiro de Macau pode maximizar as vantagens de alto nível internacional, de livre circulação de capitais e de domínio das situações do Interior da China e das relações internacionais, prestando serviços financeiros especializados nas trocas comerciais e de investimentos entre o Interior da China e os países contratantes, para acelerar o desenvolvimento regional de cooperação multilateral com benefício mútuo. Aproveitando a oportunidade de internacionalização do RMB, muitas empresas na região Ásia-Pacífico estão a considerar aumentar o peso deste na “bolada” de investimento da sede após a assinatura da Parceria. Como o mercado de Renminbi *offshore* em Macau está a desenvolver-se de forma mais completa, em 2015, o Banco de Pagamentos em RMB de Macau, que foi aprovado pelo Banco Popular da China, passou a ser o centro de liquidação em RMB para os países de língua portuguesa.

Terceiro, aproveitar as oportunidades de desenvolvimento de novos modelos de negócios, tais como o comércio electrónico transfronteiriço. A economia digital invadiu o mundo, e o comércio electrónico acelerou a transformação da economia numa economia digital. A implementação dos acordos vai reduzir os custos fiscais das empresas desse comércio e os custos logísticos, aumentar a eficiência logística e a competitividade do mercado, e acelerar, na região, o desenvolvimento da indústria desse comércio e da digitalização das formas de comércio de mercadorias. Macau está no meio do desenvolvimento acelerado dessa indústria na região, e a cadeia desse comércio e da indústria logística transfronteiriça está preparada para arrancar. Cinco Ministérios e comissões do Interior da China publicaram documentos para promover a intercomunicabilidade postal na Grande Baía; as infra-estruturas de Macau para a integração na rede nacional de transportes, através de Zhuhai, têm vindo a ser melhoradas; e a zona piloto de comércio electrónico transfronteiriço de Zhuhai foi aprovada. Com o lançamento de uma série de medidas, o desenvolvimento dessa indústria ao nível regional será acelerado. Macau pode: aproveitar o nosso aeroporto para acelerar a construção da nossa plataforma integrada de serviços desse comércio, apoiando o desenvolvimento dessa indústria; e apoiar as empresas de Macau a aproveitarem as vantagens de “uma plataforma” e das políticas do CEPA, para promover os nossos produtos e os dos países de língua portuguesa, criando uma marca característica desse comércio.

Hong Kong já solicitou apoio ao Governo Central para a adesão à RCEP do

seu primeiro grupo de empresas. As empresas de Macau são na sua maioria PME, por isso serão beneficiadas nos termos da RCEP. Sugere-se ao Governo da RAEM que explore activamente a respectiva adesão, de modo a permitir que as empresas locais gozem de maior competitividade e protecção no mercado regional, para as indústrias locais se integrarem na cadeia industrial regional.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 25.11.2021**

### **Acelerar os trabalhos de revisão do Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados**

Desde o início do surto epidémico, a nossa economia sofreu grave impacto, o número de desempregados e subempregados continuou a subir e a taxa de desemprego bateu o recorde, o que se reflecte no número de requerentes do subsídio de desemprego. Segundo o relatório de 2020 do Fundo de Segurança Social, registaram-se, no ano passado, 14 820 pedidos desse subsídio, envolvendo 5339 requerentes e um montante que atingiu 52 milhões de patacas, correspondendo a um aumento de 2,6 vezes em relação a 2019. Mais ainda, o número de requerentes dos diversos subsídios do “regime de atribuição de incentivos e formação aos desempregados locais” do “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados”, concedidos pelo FSS, através duma dotação específica, foi de apenas 46, e o montante total de subsídios atribuídos foi inferior a 80 mil patacas. Estabelecendo uma comparação com a situação severa de emprego registada no ano passado, as funções desempenhadas por esse Regulamento são, de facto, insatisfatórias.

O Regulamento define o “regime de atribuição de incentivos e formação aos desempregados locais” (incluindo aqueles com deficiência e jovens à procura do primeiro emprego) a conceder pelo FSS, por conta da receita duma dotação específica proveniente do orçamento da RAEM, com vista a promover o emprego. Mas, nos últimos anos, os pedidos de subsídios previstos no Regulamento têm vindo a diminuir e os montantes atribuídos têm apresentado uma tendência de queda. Mais, até Novembro de 2019, o saldo foi de 160 milhões de patacas.

No início da elaboração do Regulamento, o FSS ainda estava sob a tutela do Secretário para a Economia e Finanças, mas, a partir de 2011, passou a estar sob a tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura. Embora o montante do apoio financeiro para formação profissional da dotação específica seja atribuído após decisão do FSS, esta decisão ainda precisa de ser reconhecida pelo Secretário para a Economia e Finanças. Esta operação entre Secretarias afecta, em certa medida, a utilização dos recursos de formação. Mais, o serviço público responsável pelas acções de formação profissional continua a ser a DSAL, por isso o referido regime apresenta problemas de incompatibilidade de funções.

O Regulamento entrou em vigor há 17 anos, por isso é necessário proceder à revisão do respectivo regime. A DSAL referiu, recentemente, que já tinha criado, em conjunto com o FSS, um grupo de trabalho para acompanhar os trabalhos de revisão do Regulamento, e que ia, com uma atitude aberta e pragmática, continuar a ouvir e a analisar as opiniões dos diversos sectores da sociedade, para efectuar um estudo tendo em conta a realidade do mercado de trabalho de Macau.

Na minha opinião, o surto epidémico está a afectar gravemente a economia e

o emprego de Macau, e muito provavelmente vai manter-se, por isso, os trabalhos de revisão do Regulamento não devem ser adiados indefinidamente. Espero que os serviços competentes acelerem esses trabalhos, transferindo os recursos de formação do Regulamento e as acções de formação para a DSAL, com vista à racionalização das funções e maximização dos recursos, para desenvolver, de forma eficaz, as funções do Regulamento, no âmbito de promoção do emprego e formação dos desempregados, promovendo, de forma melhor, o planeamento e o desenvolvimento das acções de apoio ao emprego e de formação.

## **IAOD do Deputado Leong Sun lok em 25.11.2021**

### **Aproveitar a Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada para criar mecanismos inovadores, a fim de resolver os litígios respeitantes à compra de imóveis em Hengqin**

Não são raros os litígios na aquisição de imóveis em Hengqin envolvendo residentes de Macau, mesmo através de agentes imobiliários e promotores de marcas conhecidas. O mais comum é a desconformidade entre o bem e o contrato, como, por exemplo, o promotor promete entregar uma casa com os devidos acabamentos, mas acaba por entregar a “casa em bruto”, portanto, entrega o imóvel sem cumprir a promessa assumida aquando da venda, e outro exemplo é a publicidade exagerada e enganosa. Os proprietários sofrem prejuízos significativos e não têm meios para pedir ajuda. Várias vítimas esperam que o Governo da RAEM preste ajuda e maximize a protecção dos residentes através do aperfeiçoamento dos mecanismos, mas, como esta questão diz respeito ao Interior da China, o Governo tinha limitações para intervir, portanto, é ainda difícil encontrar uma solução para os vários litígios referentes à compra de imóveis.

Recentemente, foi confirmado o Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, assim, o Governo da RAEM pode criar mais e melhores políticas e mecanismos no âmbito da construção da legislação e dos trabalhos relacionados com o bem-estar da população na Zona de Cooperação Aprofundada. Nas LAG para o próximo ano, o Chefe do Executivo afirma que a RAEM vai aprofundar o intercâmbio e a cooperação com Guangdong no âmbito da legislação e ao nível judiciário, a fim de aperfeiçoar mecanismos diversificados para a resolução de litígios, proporcionando serviços jurídicos eficientes e convenientes em prol da construção da Zona de Cooperação Aprofundada.

Para melhor ajudar os residentes a lidar com os litígios na aquisição de habitação em Hengqin, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Aproveitar a plataforma da Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin para estabelecer um novo mecanismo para lidar com os conflitos de consumo. Foi criada uma nova estrutura de governação pelo Governo da RAEM e pelo Interior da China, então, o Chefe do Executivo, enquanto chefia da Comissão de Gestão, tem certas competências e responsabilidades. No âmbito do novo sistema da Zona de Cooperação, espero que o Governo da RAEM e o Governo da Província de Guangdong reforcem a cooperação e a negociação e estudem o estabelecimento de um mecanismo para ajudar, activamente, os residentes a tratar e resolver os vários conflitos de consumo transfronteiriços, incluindo conflitos na aquisição de habitação, de modo a melhor proteger os direitos e interesses dos consumidores.

2. Resolver os conflitos de consumo de natureza comercial. Os regimes

jurídicos da defesa do consumidor do Interior da China e de Macau não se aplicam aos prédios comerciais adquiridos por residentes, e quando há problemas, os residentes dificilmente conseguem reivindicar os seus prejuízos. As autoridades afirmaram que iam estudar com o Interior da China o estabelecimento de um mecanismo de apoio, para reduzir os custos da defesa dos direitos dos residentes e aumentar a eficácia desta defesa. Espero que isto possa ser concretizado o mais rapidamente possível, em prol da melhoria desse mecanismo.

3. Combater as vendas irregulares e a publicidade enganosa. Nos últimos anos, muitos mediadores imobiliários têm aproveitado a onda de investimentos em Hengqin para promover, através de diversos meios, os imóveis, e a promoção via telefone é a mais frequente, que além de perturbar a população, está também relacionada com a legalidade dos agentes imobiliários e com a veracidade das informações fornecidas. Para evitar que os residentes caiam nas armadilhas da aquisição de habitação, solicito às autoridades que reforcem a comunicação com o Interior da China, e que estudem, em conjunto, a regulamentação sobre a promoção via telefone da venda de imóveis, e criem mecanismos para combater as vendas irregulares e a publicidade enganosa, com vista à defesa dos direitos e interesses dos consumidores.

Por fim, volto a alertar os residentes para que, na aquisição de imóveis no Interior da China, escolham um mediador regularizado, tomem conhecimento da legislação do Continente, verifiquem a certidão e documentação da venda, tomem conhecimento do conteúdo do contrato de compra e tenham cautela aquando da respectiva assinatura, e não confiem nem na publicidade nem em compromissos infundados. Sejam consumidores espertos.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 25.11.2021**

### **O Governo deve preparar-se com soluções para o futuro funcionamento do Metro Ligeiro**

Por se ter detectado a instabilidade da tensão eléctrica dos cabos eléctricos do Metro Ligeiro, o que pode provocar facilmente avarias no sistema, o Governo anunciou, em meados de Outubro, a suspensão do funcionamento do Metro Ligeiro por um período de seis meses para substituição dos cabos. O sistema de Metro Ligeiro ainda está no período de garantia, e o fornecedor responsabiliza-se pela substituição gratuita dos cabos. Mas, durante o período de suspensão, os cidadãos não podem utilizar o Metro Ligeiro e, ao mesmo tempo, o Governo, nos termos contratuais, tem de continuar a pagar as taxas de serviço relativas à MTR, com um elevado custo social. O projecto, a construção, a vistoria e a entrada em funcionamento experimental do Metro Ligeiro contaram com a participação da MTR, contratada pelo Governo, por isso a sociedade questiona porque é que o problema da tensão não foi detectado o mais cedo possível antes da entrada em funcionamento do sistema. Será que isto tem a ver com falta de fiscalização?

Em 2018, o Governo adjudicou à MTR, por 5,88 mil milhões de patacas, os serviços de operação e manutenção do segmento da Taipa, por 80 meses, até Dezembro de 2024. Na altura, a sociedade já ficou com muitas dúvidas sobre os elevados preços do contrato e até teve dificuldade em conhecer os seus pormenores. Mas, devido à falta de experiência em matéria de construção e operação do Metro Ligeiro em Macau, a sua gestão e manutenção técnica, bem como a manutenção e a inspecção do sistema de metro ligeiro dependiam da contratação de empresas experientes, incluindo os testes e os trabalhos de ensaio antes da entrada em funcionamento do metro ligeiro, assim, a MTR tem o dever inalienável de assegurar a segurança do metro ligeiro e o seu funcionamento eficaz. No processo de investigação, o Governo deve investigar se a entidade em causa e os serviços públicos têm, ou não, responsabilidade, e esclarecer a sociedade sobre a existência ou não de outros problemas, com vista a tratá-los, o mais rápido possível, em conjunto, para evitar que os mesmos erros venham a afectar o futuro funcionamento.

O prazo do contrato da MTR da Linha da Taipa do Metro Ligeiro já passou da metade e, nos próximos 3 a 4 anos, vão ser construídas mais linhas, por isso o Governo tem de planear atempadamente as opções e os planos para a futura operação. O importante é que a proposta de operação não deve contar com uma só opção. O Governo deve ter objectivos claros de formar o pessoal local para continuar a operar o Metro Ligeiro, e de criar uma equipa local de operação, sobretudo pessoal especializado em técnicas nucleares, para garantir que, com o planeamento concreto da formação, esse pessoal seja capaz de dominar as

técnicas especializadas e necessárias quando o contrato da Linha da Taipa terminar. Segundo o plano em causa, cerca de 95 por cento dos postos de trabalho da MTR vão ser ocupados por residentes de Macau até ao termo do contrato, mas o Governo não prestou esclarecimentos sobre a proporção entre o pessoal especializado e não especializado. A sociedade receia que os trabalhadores locais continuem a ser incapazes de desempenhar funções técnicas especializadas ou de assumir os cargos relevantes de chefia, na área de operação, gestão e manutenção. Os trabalhadores locais queixaram-se muitas vezes de serem tratados de forma injusta e optaram por demitir-se, portanto, a estabilidade da equipa local é duvidosa. O Governo tem a responsabilidade de fiscalizar bem o desempenho de operação da empresa de Metro Ligeiro e da MTR, nomeadamente, de promover a formação e a valorização da equipa local, para os residentes serem capazes de assumir a gestão.

Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve preparar-se com as duas mãos para a futura operação geral do Metro Ligeiro, caso a equipa local não consiga assumir cabalmente as suas responsabilidades e seja preciso adjudicar parcialmente o serviço, e também optar por outras empresas adjudicatárias experientes e capazes, a fim de evitar que os contratos caduquem e sejam temporariamente renovados a curto prazo ou até mesmo que seja necessário que continuem com cláusulas contratuais desiguais. Quanto ao novo traçado, neste momento em fase de planeamento e construção, o Governo deve divulgar à sociedade o orçamento global dos custos de construção e de exploração, e proceder bem à fiscalização das obras, a fim de evitar situações em que o financiamento não possa ser custeado no futuro.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 25.11.2021

### **Empenho na realização dos diversos eventos e festividades, em prol da recuperação do turismo de Macau**

O 68.º Grande Prémio de Macau foi realizado, com sucesso, na semana passada, contando este ano com um maior número de visitantes, o que ultrapassou as expectativas, e os resultados foram positivos; ao mesmo tempo, foi também animador o Festival de Gastronomia, que se realiza há já 21 anos ininterruptamente. Este tipo de eventos tem impacto positivo na recuperação da indústria turística de Macau. De acordo com os dados, com o acalmar da situação epidémica, o número de visitantes aumentou gradualmente, e com o efeito impulsionador dos grandes eventos, Macau recebeu mais de 35 mil visitantes no primeiro dia do Grande Prémio, um novo recorde desde o fim do estado de “prevenção imediata. Com a realização, no próximo mês, de grandes eventos e convenções e exposições, tais como o “Festival de Luz de Macau” e a “Gala de Drones Brilha sobre Macau”, e em articulação com as acções promocionais do Governo, creio que será possível atrair mais turistas, com efeitos dinamizadores para os sectores retalhista, hoteleiro e conexos, criando postos de trabalho para o emprego dos residentes e trazendo melhorias neste contexto de situação epidémica.

De facto, para Macau se transformar num Centro Mundial de Turismo e Lazer, há que contar com conteúdos mais ricos. De acordo com os resultados do primeiro estudo sobre o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, divulgado recentemente pelo Governo, entre Janeiro e Junho deste ano, muitos indicadores turísticos apontam para uma tendência de recuperação, no entanto, face às limitações por razões da epidemia, à monotonia da estrutura industrial e à pouca diversificação dos mercados de visitantes, o Governo deve aprofundar o “turismo +” e promover a integração intersectorial, apostando, por exemplo, no “turismo + convenções e exposições”, “turismo + desporto”, “turismo + comércio electrónico”, “turismo + indústrias culturais e criativas”, etc., a fim de promover o desenvolvimento, com qualidade, do turismo de Macau.

Por outro lado, a implementação contínua das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e a construção da “Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” contribuem também para o aprofundamento da cooperação regional nos domínios da cultura e do turismo, o que ajuda a criar novos pontos turísticos, a aumentar as ligações marítimas, terrestres e aéreas, e a restabelecer intercâmbios turísticos e de pessoas com outras regiões.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. No passado, com a realização de convenções e exposições, grandes eventos e festivais, o Governo sempre conseguiu criar muitos postos de trabalho, prioritariamente destinados aos trabalhadores locais dos sectores relacionados com o turismo, o que mereceu o reconhecimento dos operadores em causa. Assim, a sociedade espera que a realização de grandes eventos, festivais e convenções e exposições possa criar mais postos de trabalho para os trabalhadores locais, em conjugação com medidas de salvaguarda do emprego para os sectores mais afectados.

2. O impacto da epidemia no turismo de Macau é evidente. Tendo em conta a situação epidémica verificada em Setembro, Macau necessita de reforçar a comunicação com a Província de Guangdong. Ademais, como a taxa de vacinação em Macau atingiu já os 70%, e a 3.<sup>a</sup> dose de reforço também já começou a ser administrada, pode acelerar-se a definição de critérios de prevenção para as três partes da Grande Baía, para que, quando for o caso, se bloqueiem as zonas afectadas, sem fechar as fronteiras.

3. Com a realização sucessiva de grandes eventos e convenções e exposições, o Governo deve reforçar o “turismo +”, com o aditamento de “experiências imersivas”, que estão na moda, e promover novos projectos turísticos em sintonia com diferentes temas, reforçar a aplicação de tecnologias digitais em cenários turísticos, reforçar o turismo inteligente e melhorar a experiência dos visitantes.

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 25.11.2021

### Prevenção e combate dos crimes cibernéticos

Com a epidemia do novo coronavírus, houve novas mudanças no modo de vida e de consumo dos residentes de Macau. Devido ao aumento considerável do número de pessoas que recorrem à internet para a comunicação social, compras, investimentos, aprendizagem e lazer, verificou-se também um grande aumento de casos de burla através da internet. Segundo os dados divulgados sobre a criminalidade, recentemente divulgados pela Secretaria para a Segurança, entre Janeiro e Setembro de 2021, ou seja, nos três primeiros trimestres deste ano, houve um aumento de 75 casos dessas burlas, em comparação com o período homólogo do ano passado, sendo a maioria dos casos relacionados com namoro, compras e investimento através da internet. Desde a entrada em vigor da “Lei de combate à criminalidade informática”, o número de crimes relacionados com burlas informáticas neste ano atingiu 744 casos, um aumento de 548 em comparação com os 196 do ano anterior, o que corresponde a um crescimento de 279,6 por cento. De entre esses crimes de burla informática, o aumento mais significativo verificou-se no consumo *on-line* com cartões de crédito, com 633 casos.

A criminalidade cibernética tem-se agravado continuamente e, como o mundo cibernético é de alta ocultação e virtualidade, devido à conveniência das transacções monetárias digitais, o fluxo de capitais é acelerado. Estes factores dificultam uma interceptação imediata e, também, o trabalho de investigação e perseguição dos criminosos. Mais, tendo em conta a realidade de Macau e as características das compras *on-line* por parte dos residentes, têm surgido burlas relacionadas com as despesas de desalfandegamento por correio expresso, com o reembolso do serviço prestado aos clientes, e com quantias elevadas em sorteios na internet e em comissões pagas, entre outras formas, deixando os residentes impossibilitados de se defenderem.

Actualmente, Macau, em colaboração com as autoridades policiais do exterior e o sector bancário local, adopta medidas de “suspensão urgente do pagamento” e de “dissuasão de remessas suspeitas”, tendo essas medidas surtido efeito já em casos ocorridos no ano passado. No futuro, as medidas de dissuasão de remessas suspeitas devem ser melhoradas, acelerando a sua utilização no pagamento electrónico, para que correspondam mais a esse hábito de pagamento da população, e para combater a prática desses crimes financeiros na sua origem, reduzindo a possibilidade de os cidadãos serem burlados.

No futuro, com o aumento da procura transfronteiriça por parte dos residentes, as actividades económicas tornar-se-ão mais estreitas. A circulação de capitais será mais fácil, mas também haverá outras lacunas para a criminalidade. Assim, o Governo deve continuar a desenvolver bem os trabalhos de divulgação, e estar sempre atento às novas formas de burla informática e aos novos métodos de

crime, bem como dominar a tendência da criminalidade, e organizar atempadamente as informações sobre a prevenção de burla. Deve divulgar as informações através dos diversos canais, *online* e *offline*, e cooperar com as associações, escolas, empresas e instituições, para promover ações de sensibilização junto dos diferentes destinatários, e informar os cidadãos sobre como descobrir as fraudes e como pagar com cartão de crédito no consumo *online*, elevando a sua consciência e capacidade de prevenção para protecção dos seus bens.

Mais, o Interior da China lançou várias medidas de combate à burla informática que Macau pode também considerar no futuro, de acordo com a realidade local e os resultados da experiência do Interior da China. Por exemplo, o sistema de alerta através de mensagens de telemóveis para a dissuasão, o desenvolvimento de robôs de combate a fraudes informáticas através da inteligência artificial, a monitorização com tecnologia de inteligência artificial para substituir a fiscalização humana, etc. Através dessas informações, os cidadãos podem conhecer atempadamente os novos tipos de fraudes *online* e formas de prevenção para proteger os seus bens.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 25.11.2021

### **Problemas de saúde mental dos residentes e estudantes sob o impacto da epidemia**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de mil milhões de pessoas no mundo sofrem de doenças mentais, e a depressão é hoje considerada a principal causa de doença e invalidez em crianças e jovens. Porém, a saúde mental é uma das áreas da saúde pública mais negligenciadas. O novo Atlas de Saúde Mental da OMS, lançado na véspera do dia Mundial da Saúde Mental de 2021, revela uma falha mundial no fornecimento de serviços de saúde mental, num momento em que a pandemia está a destacar a necessidade crescente de apoio à saúde mental.

Sob o impacto da pandemia, a economia mundial deteriorou-se e o dia-a-dia dos residentes de Macau foi afectado, com pressões crescentes devido à economia, desemprego, cuidados a familiares, etc. Não se pode ignorar a saúde mental dos residentes. Assim, proponho ao Governo que reforce os investimentos para aumentar o apoio ao nível dos serviços de psiquiatria e psicologia, através do reforço contínuo da quantidade quer de pessoal quer de serviços financiados nas instituições privadas, expandindo a equipa comunitária de serviços, para aumentar a proactividade na prestação e na definição de estratégias e de planos de prevenção independentes, em prol da redução de casos nos bairros comunitários. Mais, com base na rede de apoio dos serviços sociais existentes, há que realizar estudos sobre a prestação de serviços de apoio comunitário *one-stop* aos residentes em geral e aos doentes mentais reabilitados, e que proporcionar, quanto antes, formação especializada aos respectivos profissionais, com vista a identificar, precocemente, problemas de saúde mental e psicológica, para se fazer, quanto antes, o diagnóstico e se prestar assistência adequada. Para além da divulgação de mensagens sobre a saúde pública, o Governo deve também reforçar a publicidade e consciencializar o público sobre a manutenção da saúde mental e psicológica, o aconselhamento psicológico e a intervenção em crises, para minimizar o impacto da pandemia sobre a saúde mental e psicológica da população.

De acordo com os dados da monitorização do suicídio, recolhidos pelos Serviços de Saúde, as causas de morte por suicídio de jovens nos últimos anos estão relacionadas, em parte, com doenças mentais. Segundo os dados da OMS, metade das pessoas com doenças mentais começam a manifestar problemas aos 14 anos de idade, mas a maioria não é detectada nem tratada. As crianças e os jovens encontram-se numa fase de desenvolvimento rápido, física e mentalmente, e os primeiros anos de vida são um momento importante para a prevenção das doenças mentais. Metade das doenças mentais manifestadas na idade adulta começam antes dos 14 anos, e os problemas emocionais dos estudantes destacaram-se ainda mais agora, sob o impacto da pandemia. Proponho ao

Governo que reforce a divulgação sobre a saúde mental entre as crianças e os jovens, e que estude a introdução da saúde mental como disciplina regular nas escolas primárias e secundárias, para que as doenças mentais possam ser atendidas e tratadas antes de se manifestarem. Espero que o Governo apoie as escolas na realização de testes sobre os problemas emocionais dos estudantes, de modo a prestar atenção aos que estejam em risco e prevenir a ocorrência de tragédias; e que aumente os investimentos na formação de pessoal docente e de assistentes sociais nas escolas, de modo a identificar, quanto antes, os estudantes que necessitam de apoio emocional, formulando estratégias adequadas e eficazes para os ajudar a reduzir o stress, e a aumentar a sua resistência e capacidade de adaptação.

## **IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 25.11.2021**

### **Iluminar Macau para criar um ambiente seguro para as deslocações nocturnas**

O sistema de iluminação pública faz parte importante das infra-estruturas urbanas, e envolve não só a imagem de Macau, como também a segurança das pessoas nas suas deslocações nocturnas. Há dias, alguns cidadãos transmitiram que existem insuficiências na gestão da iluminação das ruas de Macau, por exemplo, falta iluminação nalgumas vias ou a iluminação é insuficiente nalgumas ruas estreitas, etc., o que é um inconveniente para as deslocações nocturnas e constitui um risco potencial de segurança. Os assuntos relacionados com a vida da população são todos importantes, assim, o Governo deve prestar atenção às necessidades reais dos cidadãos nas suas deslocações e resolver efectivamente os problemas, a fim de elevar a eficiência da iluminação pública e garantir a conveniência e a segurança das deslocações.

Apresento, então, as seguintes três sugestões, esperando que possam merecer a atenção dos serviços competentes.

Primeiro, rastreamento das áreas escuras e “cegas”. Em Macau, existem ruas estreitas e muitos edifícios baixos, especialmente nas zonas antigas, onde são ainda utilizadas lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão, de cor laranja-amarelada, o que dá lugar a áreas escuras quando estas se encontram fora do alcance da iluminação. Algumas vias nem sequer têm iluminação, ou os postes de iluminação estão tapados por árvores e objectos diversos, dando origem a áreas “cegas”. Sugiro ao Governo que proceda, quanto antes, a uma investigação in loco, para rastrear, de forma abrangente, as áreas escuras e cegas, analisando o cerne da questão e procedendo a uma avaliação sistemática, para resolver, de forma precisa, o problema da falta de iluminação.

Segundo, criação de um mecanismo eficaz de comunicação e coordenação interdepartamental. Actualmente, a construção e a gestão dos postes de iluminação são efectuadas por diferentes serviços, consoante os locais onde se encontram, incluindo o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), etc. Sugiro aos serviços competentes a criação de um mecanismo de comunicação e coordenação interdepartamental, para a implementação de instruções uniformizadas, a partilha de informações sobre a gestão das luzes de rua, o reforço da manutenção e gestão corrente e a concretização de mecanismos de supervisão eficaz em matéria de competências e responsabilidades.

*(Tradução)*

Terceiro, aceleração da substituição das lâmpadas por lâmpadas LED. Em 2017, o Governo iniciou o plano de substituição das luzes de rua, substituindo gradualmente as lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão por lâmpadas LED, de maior luminosidade, poupança de energia e durabilidade. O plano foi implementado há vários anos e, actualmente, mais de metade das luzes de rua já foram substituídas. Quanto às vias onde as luzes não foram ainda substituídas, sugiro ao Governo que dê prioridade às áreas escuras e às áreas “cegas”, e que acelere a substituição global das luzes por iluminação LED em Macau.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 25.11.2021**

### **Aperfeiçoamento das residências para idosos e dos requisitos de candidatura ao programa piloto de prótese dentária para idosos**

O Governo tem promovido “a vida pós-aposentação na residência habitual”, mas muitos idosos que vivem em edifícios antigos afirmam que estão a viver num ambiente muito preocupante e esperam poder viver, quanto antes, nas residências para idosos e aperfeiçoar os requisitos de candidatura às mesmas, para que os idosos com necessidades possam ter uma velhice tranquila.

Desloquei-me várias vezes a casa de um idoso que mora num prédio antigo e verifiquei que o seu ambiente habitacional é péssimo: infiltrações de água, humidade, lixo à volta da casa, fios eléctricos à mostra, queda de betão, etc. Como o prédio não tem elevador, é muito difícil para os idosos subirem e descerem as escadas. A melhoria do ambiente habitacional desses idosos é crucial para a implementação eficaz das políticas de apoio aos idosos de Macau, e é também uma questão social a que o Governo deve dar atenção e resposta.

O Governo já começou a construir apartamentos para idosos e prometeu que 1800 fracções da primeira fase entrarão em funcionamento em 2024. Mas, de acordo com os dados do censo demográfico de 2016, naquela altura, mais de 4000 idosos moravam no seu próprio edifício, que já era antigo, e as condições de habitação tinham de ser melhoradas. De entre estes 4 mil idosos, quantos esperam por uma habitação e 1800 fracções conseguem, ou não, satisfazer a procura? O Governo tem de fazer bem os trabalhos de investigação e de conjugação. Com o passar do tempo e o agravamento do envelhecimento, a procura por apartamentos para idosos vai aumentar. Espera-se que o Governo, ao mesmo tempo que concretiza a primeira fase dos apartamentos para idosos, planeie atempadamente a segunda e a terceira fases, de acordo com as necessidades.

Recentemente, visitámos com alguns idosos as fracções modelo dos apartamentos para idosos e muitos deles estão satisfeitos com a maior parte das instalações. Mas alguns referiram que, devido ao envelhecimento das suas condições físicas e a má saúde, estão com doenças crónicas e têm problemas de mobilidade reduzida, por isso esperam que o Governo aperfeiçoe as instalações inteligentes dos apartamentos e crie um sistema de gestão inteligente.

Alguns idosos depositam grandes expectativas quanto aos apartamentos para idosos, esperando que as autoridades procedam ao ajustamento e optimização das condições de selecção, de acordo com as suas necessidades, e que divulgue, quanto antes, os requisitos de acesso. O Governo revelou que os destinatários são os idosos proprietários de prédios baixos antigos. Na realidade,

são muitos os idosos sem imóveis que não preenchem os requisitos da habitação social e não têm capacidade para arrendar uma habitação dum edifício com elevador, só conseguindo pagar uma renda baixa para viver num prédio arruinado ou até num quarto. Estes idosos necessitam também dos apartamentos para idosos. Espero que as autoridades, tendo em conta as situações reais dos diversos grupos de idosos, alarguem os requisitos de acesso, definindo rendas mais baixas, para satisfazer as necessidades de habitação da maioria dos idosos.

Mais, a saúde é também uma grande preocupação para muitos idosos. Nos últimos anos, o Governo da RAEM melhorou bastante os cuidados de saúde dos idosos, e os resultados merecem o nosso reconhecimento. Mas muitos idosos referiram que, à medida que envelhecem, a queda de dentes é grave. O actual “Programa Piloto da Prótese Dentária para os idosos” inclui apenas os idosos com 75 anos ou mais, e aqueles com menos de 75 anos não podem ser beneficiados por esse Programa.

As clínicas dentárias de Macau cobram taxas elevadas, o que constitui uma grande pressão económica para os idosos com menos de 75 anos que têm de instalar próteses dentárias. Espera-se que o Governo seja solidário com a real situação dos idosos e implemente quanto antes o referido programa para atingir a idade de 65 anos, a fim de atender às demandas daqueles e beneficiar mais idosos.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 25.11.2021

### **Alargar o espaço de desenvolvimento do sector da engenharia local**

O Governo tem reforçado continuamente a promoção do emprego no período de estabilidade epidémica. Para atingir o objectivo da política “trabalho sim, caridade não”, investiu 18,5 mil milhões de patacas nos projectos de infra-estruturas de grande envergadura das obras públicas, para expandir a procura interna, aumentar o espaço de emprego e alargar o espaço de desenvolvimento do sector de engenharia local. Mas a taxa de desemprego mantém-se elevada, ao mesmo tempo que se aumentam as obras, pelo que os projectos de obras públicas lançados pelo Governo não conseguiram criar mais postos de trabalho no mercado. Na sequência do desenvolvimento da sociedade, as novas infra-estruturas impulsionaram o emprego, tornando-se a tendência de desenvolvimento mais importante nos últimos anos. O Governo deve aproveitar bem as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento social, para trazer efeitos positivos de promoção e estímulo ao mercado de emprego e ao desenvolvimento económico local.

Ao lançar um projecto de infra-estruturas, o Governo afirmou que ia permitir a participação do sector da construção civil local. Mas, segundo algumas vozes, apesar de os projectos de grande dimensão lançados pelo Governo terem de passar por concurso público, uma ou duas empresas não locais conseguem sempre obter a adjudicação, havendo mesmo projectos sempre adjudicados a determinadas empresas, por isso, o sector em geral dificilmente é beneficiado. De facto, nos últimos anos, houve muitos projectos de infra-estruturas que foram quase todos adjudicados a empresas de construção não locais, o que reduz o espaço de sobrevivência das PME de cá. Mais, devido à situação instável da epidemia, a situação do sector local piorou, pelo que o Governo deve rever, atempadamente, o regime de concessão de obras, para melhorar a situação e criar condições favoráveis para o desenvolvimento das empresas de Macau.

Sugiro então o seguinte:

1. Sob o impacto da recessão económica e da prevenção e controlo da epidemia, as pessoas têm prestado mais atenção aos problemas de emprego e de economia. O Governo está a acelerar o lançamento de infra-estruturas, para alargar o mercado de trabalho e proporcionar um maior espaço de desenvolvimento ao sector da construção civil. Mas a taxa de desemprego em Macau continua a manter-se nos 3,9 por cento e o número de subempregados aumentou, tudo isto demonstrando que a política de “aumentar as infra-estruturas e estabilizar o emprego” implementada pelo Governo não conseguiu bons resultados. Assim, tendo em conta a realidade social, o Governo deve rever, oportunamente, a finalidade das obras, para assegurar que possam surtir efectivamente o efeito de “alargar a procura interna e estabilizar o emprego”.

2. No primeiro semestre deste ano, as obras foram executadas por fusão e muitas estão prestes a terminar. No relatório das LAG para o próximo ano, o Governo afirma que vai usar 18 320 milhões patacas para reforçar o investimento público. O Governo deve acelerar o desenvolvimento do novo plano para combater a epidemia e acelerar as concessões das obras, para lhes evitar um período de “vácuo” e as influências no mercado de emprego, em prol da garantia do emprego dos residentes.

3. Devido à falta de clareza das instruções da construção civil e à desactualização das leis relacionadas com as obras, o mercado está supercompetitivo. Segundo o sector, as obras de grande dimensão são adjudicadas, normalmente, às grandes empresas, por isso as empresas de Macau só podem participar como subcontratantes. Mais, a concentração da maioria das PME em determinadas empresas de engenharia causou um desequilíbrio interno e externo no sector, assim, este encolheu-se gradualmente. O Governo deve rever os actuais mecanismos dessas obras, criando condições mais favoráveis para o sector, a fim de elevar a sua competitividade e reforçar a sua capacidade, para participar melhor nas oportunidades de desenvolvimento do País.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 25.11.2021

O sector de convenções e exposições não pode ser ignorado na promoção da diversificação adequada da economia de Macau. Nos últimos anos, este sector tem vindo a crescer a um ritmo acelerado. No Relatório das LAG para o próximo ano refere-se que será promovido o desenvolvimento profissionalizado e orientado para o mercado deste sector, e o Chefe do Executivo também afirmou que ia reforçar a cooperação regional em prol da implementação do modelo de desenvolvimento assinalado por “uma exposição, duas paragens”. Actualmente, este sector de Macau continua a enfrentar muitos desafios. No meio de reforçar o desenvolvimento profissionalizado, internacionalizado e orientado para o mercado deste sector, o Governo deve também aproveitar, plenamente, o seu efeito para impulsionar o desenvolvimento conjunto de outros sectores, de modo a promover ainda mais a diversificação adequada da economia de Macau.

No “Plano Geral para o Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, estão definidos quatro sectores industriais prioritários para o desenvolvimento em Hengqin, isto é, a cultura, o turismo, as convenções e o comércio, e está proposto o apoio às duas regiões na criação de uma plataforma de convenções e exposições com influência internacional. Devido à escassez de terrenos em Macau, o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições tem uma deficiência congénita ao nível de espaço, por isso, o Governo deve integrar-se no desenvolvimento nacional, agarrar as oportunidades e tomar a iniciativa de aproveitar a complementaridade das vantagens, promover, em conjunto, o desenvolvimento do sector de convenções e exposições, e explorar maiores potencialidades para este sector.

O sector de convenções e exposições conta com o apoio do Governo e das políticas nacionais, por isso tem certas vantagens no seu desenvolvimento. A formação de talentos é indispensável para o desenvolvimento de qualquer sector. Nos últimos anos, o Governo investiu muitos recursos na criação de muitos cursos de formação, mas, como este sector está a iniciar-se mais tarde do que nas cidades vizinhas, a competitividade da marca é menor. O Governo deve elevar a qualidade profissional da equipa de exposições, aperfeiçoar e otimizar as instalações, tanto ao nível do *hardware* como do *software*, e analisar, com seriedade, o rumo de desenvolvimento do sector, tomando como ponto de partida as características e as vantagens próprias de Macau, no sentido de desenvolver o papel de plataforma de serviços económicos e comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criando e consolidando as marcas de convenções e exposições com características de Macau, e elevando a sua competitividade. Há que reforçar a cooperação regional e os efeitos impulsionadores das indústrias, para o sector das convenções e exposições impulsionar o desenvolvimento conjunto das indústrias culturais e criativas e do turismo, e elevar a força motriz para o desenvolvimento das PME e da economia dos bairros comunitários, em prol da diversificação das nossas indústrias. O mundo continua afectado pela epidemia, e as exposições físicas não obtêm os devidos resultados como no

passado, por isso Macau deve ponderar a integração das tecnologias no desenvolvimento das convenções e exposições, ajudar os respectivos trabalhadores a elevar o nível de digitalização, por exemplo, nas “convenções e exposições inteligentes” utilizar as vias *on-line* e *off-line*, para que estas indústrias possam continuar a expandir as suas oportunidades de negócios, ultrapassando as restrições geográficas e mantendo contactos com o exterior.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 25.11.2021

### Promover a construção verde e definir padrões e instruções

Senhor Presidente,  
Caros colegas,  
Boa tarde a todos!

Macau tem limitados recursos de solos e é uma das regiões com a densidade habitacional mais elevada do mundo. A fim de aliviar os conflitos e a disputa entre a elevada densidade habitacional e os recursos de solos, é urgente para Macau avançar com a construção de uma cidade compacta e com elevada densidade. Há também que explorar e procurar soluções para aumentar o aproveitamento regional dos terrenos e a eficiência do funcionamento da cidade.

Quanto às questões a que demos atenção há dias, como a forma de lidar com as alterações climáticas e reforçar a protecção da ecologia, a necessidade de definir, quanto antes, instruções e padrões técnicos, etc., sugere-se a promoção da construção verde e a conjugação entre o desenvolvimento ambiental desta região e a orientação pelas políticas do Governo, a fim de contribuir para o aumento do espaço e do meio ambiente da cidade e a construção de uma cidade com condições adequadas à habitação e ao turismo. Há que definir normas relativas à construção com elementos pré-fabricados, em consonância com o desenvolvimento do Plano Director de Macau, a fim de conseguir uma solução razoável para as alterações climáticas globais e a crise ecológica, satisfazendo as necessidades subjacentes ao desenvolvimento sustentável de Macau.

Face ao exposto, proponho o seguinte:

1. A fim de promover a inovação e a elevação da aplicação do DfMA (“Design for Manufacture and Assembly”) do ambiente habitacional de Macau, e tendo em conta que hoje em dia há uma vasta área de investigação do DfMA, dentro e fora do país, dispersa por várias disciplinas, propõe-se que, tendo em conta a realidade local, se proceda a um estudo sobre os *design*, materiais e técnicas aplicáveis à construção civil e ao ambiente interior das habitações, com vista a proceder à respectiva classificação de acordo com as exigências específicas locais e a criar normas sistemáticas adequadas a Macau para o DfMA.

2. Para promover a diversificação industrial, o estudo sobre a teoria da conservação energética verde do DfMA, dentro e fora do país, concentra-se nas áreas de construção verde e construção de conservação energética verde. Mas a cadeia industrial ainda não está completa, o controlo da conservação energética não está uniformizado, os padrões profissionais não estão regulamentados e a avaliação da qualidade não é científica, etc., o que afecta gravemente o desenvolvimento saudável dos sectores. Propõe-se a criação, quanto antes, de novos padrões e normas das novas indústrias locais, a fim de promover o

desenvolvimento saudável dos sectores locais.

3. Para promover a implementação do *design* pré-fabricado do MIC (Modelo de Informação de Construção), sugere-se que sejam definidas as normas de aplicação durante todo o processo de *design* pré-fabricado, estabelecidos os respectivos critérios de avaliação e o sistema de avaliação, e estipulados os critérios sobre o conteúdo, os métodos e os indicadores quantitativos das avaliações, etc.

4. Propõe-se que sejam definidas as especificações, normas e directrizes de aplicação do *design* pré-fabricado, que seja possível consultar os critérios das regiões e países vizinhos, assim como os critérios nacionais e os de Singapura, e legislar para regulamentar as suas aplicações de acordo com a situação real de Macau.

## **IAOD do Deputado Lam U Tou em 25.11.2021**

### **Se o Governo acha que a construção da barragem de marés é cara, deve pensar numa solução alternativa e não pode adiá-la infinitamente**

No plenário da Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, na resposta às perguntas dos deputados sobre a construção da barragem de marés no Porto Interior, afirmou que a concepção estava estimada em centenas de milhões de patacas, que o custo total ia ser ainda mais elevado, que as despesas anuais com a manutenção e reparação iam ser elevadíssimas, e que a barragem podia transformar-se num “elefante branco”, por isso, o problema das inundações ia ser resolvido, a curto prazo, pela estação elevatória.

Tenho de salientar que são completamente diferentes os tipos de inundações que a barragem de marés e a estação elevatória podem resolver, a primeira é para responder às tempestades, a segunda é para responder às inundações provocadas pelas chuvas torrenciais, portanto, não se podem confundir estas situações. Na realidade, o Governo tem uma postura ambígua em relação a esta construção, e até ao momento, ainda não divulgou os respectivos plano e calendarização.

De facto, depois da passagem do Hagupit em 2008, a sociedade apelou ao Governo para tomar medidas para prevenir e controlar as inundações, mas só em 2014 é que o Governo anunciou que ia construir, no Porto Interior, uma comporta que ligava a Barra à Ilha da Lapa, e nessa altura, efectuou muitos estudos sobre este plano de construção, incluindo o relatório do estudo de viabilidade, o relatório do impacto ambiental e o estudo de simulação e verificação, entre outros. De facto, as obras também foram reconhecidas e apoiadas pelos departamentos de recursos hídricos do Interior da China. Depois do tufão Mangkhut, o Governo afirmou, publicamente, que as obras das comportas podiam ter início o mais rápido possível no quarto trimestre de 2019, mas que ainda não tinha tomado uma decisão!

É de salientar que a comporta de marés é um projecto proposto pelo Governo para fazer face a situações de “*storm surge*”, portanto, se o Governo considera os custos de construção e manutenção elevados, deveria ter proposto uma alternativa mais rentável, em vez de atrasar o projecto indefinidamente com base nisso e deixar os residentes e empresas das zonas baixas expostos a tempestades indefinidamente!

Segundo as próprias estatísticas do Governo, sem contar os prejuízos resultantes do tufão Hagupit em 2008, só o tufão Hato em 2017 causou um prejuízo económico de 12,575 mil milhões. Embora os danos causados pelo Mangkhut em 2018 tenham sido menores em comparação com o Hato, o prejuízo

económico foi de 1736 milhões, sem incluir os prejuízos impagáveis, como feridos, mortos e suspensão do funcionamento da sociedade.

Segundo as estatísticas, após o Retorno à Pátria, o sinal 10 apenas foi içado três vezes: em 2017 com o Hato, em 2018 com o Mangkhut, e em 2020 com o Higos. As chuvas intensas que Macau teve no passado dia 1 de Junho bateram o recorde de precipitação diária, e a precipitação horária também foi a segunda mais elevada da história. A afirmação de que as condições climáticas extremas vão ser cada vez mais frequentes não é, de modo algum, um exagero, é sim um facto!

Na minha opinião, para resolver o problema das inundações, há que adoptar medidas apropriadas caso a caso, em vez de deixar que os assuntos se arrastem para não se tomarem decisões, ou mesmo confundir as diferentes causas das inundações. Exorto, então, o Governo, a dar uma explicação, o mais rapidamente possível, sobre a eventual construção da barragem de marés no Porto Interior. Em caso afirmativo, qual é a calendarização? Em caso negativo, quais são as alternativas para acabar com a ameaça permanente de *storm surge* nas zonas baixas da costa ocidental da Península de Macau? Mais, tal como refere o Chefe do Executivo, a barragem de marés serve apenas para responder à ameaça de *storm surge* na costa ocidental da Península de Macau, e na zona leste de Macau, Coloane e Taipa também é preciso o levantamento de diques para resistir às ameaças de *storm surge*. Porém, o Governo não actuou activamente para assegurar o progresso do Projecto de Melhoramento do Dique do Porto Exterior e do Plano Geral de Protecção contra Inundações e de Drenagem na Zona Marginal do Lado Oeste de Coloane, por conseguinte, quer os moradores quer os lojistas sofrem também das ameaças de *storm surge*.

“Deixar que os assuntos se arrastem para não tomar decisões” e “não pôr em prática as decisões tomadas” são os problemas registados em muitas das obras para tratamento das inundações. Espero que o Governo clarifique quem e quais os serviços públicos responsáveis pela coordenação do tratamento das inundações. Para além da implementação das várias obras para tratamento das inundações, o Governo deve proceder a uma revisão abrangente de todos os locais que sofreram inundações devido a *storm surge*. Por exemplo, quanto às zonas leste e norte de Macau, às áreas urbanas novas e à área antiga da Taipa, o Governo deve formular um plano abrangente de prevenção de *storm surge* e divulgar, regularmente, o andamento de trabalhos e as informações recentes, em vez de continuar a “atravessar o rio sentindo as pedras”, a “deixar que os assuntos se arrastem para não tomar decisões” e a “não pôr em prática as decisões tomadas”!

2021-11-25 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

## **A ETERNA QUESTÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Na Administração Pública da RAEM, administrar não significa apenas prestar e executar serviços de qualquer forma e sem metas concretas e mensuráveis, mas mais importante, é a partir das tutelas, ter a capacidade de orientar, dirigir e supervisionar os serviços da sua dependência e encontrar as melhores soluções para resolver os problemas internos dos recursos humanos, ao invés de os ignorar, como tem acontecido com alguma frequência.

Uma Administração Pública que queira ser eficiente, tem de implementar no seu dia-a-dia, uma política geral de valorização transparente e não discriminatória dos seus recursos humanos evitando o seu desperdício, ou seja, uma gestão direccionada à eficácia, eficiência interna na prestação de serviços públicos de qualidade e finalmente sujeita ao controlo externo da sociedade.

A transparência da máquina administrativa é a peça principal para que se realize uma boa administração, que se conheça os problemas internos e externos e as necessidades concretas dos cidadãos e a capacidade de encontrar as melhores soluções que promovam a melhoria das suas condições de vida.

Deste modo, é necessário e urgente restabelecer a confiança dos trabalhadores da função pública principalmente os trabalhadores da linha frente que são quem mais trabalho e pressão têm nestes tempos de pandemia. Porque eles são uma parte essencial “roda mecânica” da Administração Pública na prestação de serviços públicos de excelência aos cidadãos.

Sem vontade política, de confrontar os problemas internos de gestão, não há como resolver, o eterno problema de racionalizar, equilibrar e melhor aproveitar os recursos humanos espalhados nos diferentes serviços públicos. As tutelas devem encarar com coragem as injustiças de várias carreiras gerais e especiais incluindo a estagnação das carreiras, a não fusão de funções praticamente idênticas (fiscais inspectores) e o não pagamento de horas extraordinárias principalmente em tempos de pandemia e tufões. Estes são uns, dos muitos casos, por resolver e que têm desmotivado os trabalhadores e muitos pretendam deixar de trabalhar na função públicos após vinte anos de serviço efectivo.

Muito Obrigado.

## IAOD do Deputado Che Sai Wang em 25.11.2021

### **O Governo da RAEM deve aperfeiçoar, quanto antes, o mecanismo de exame médico, com vista a proteger a saúde dos funcionários públicos através de medidas concretas**

Desde 1999 que os vários Chefes do Executivo vêm referindo, nos seus Programas Políticos Eleitorais, a “elevação do nível dos funcionários públicos e a garantia da manutenção da elevada moral dos mesmos”, o que demonstra claramente a importância dada pelo Governo aos funcionários públicos. Em Janeiro de 2007, o Governo criou formalmente o Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos, através da realização de exames médicos periódicos, para assegurar a saúde física e mental dos funcionários públicos, o que demonstra a atenção prestada à saúde dos mesmos.

Porém, segundo algumas opiniões recebidas recentemente pelo nosso Gabinete, o actual Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos encontra-se numa situação muito difícil, e devido à grave insuficiência de recursos humanos, os exames médicos, que abrangem cerca de 40 mil funcionários públicos, são assegurados apenas por um número de médicos de um só dígito, o que resulta em muito tempo de espera para a marcação de consulta e no aumento súbito da pressão de trabalho do respectivo pessoal.

O que merece a nossa atenção é o seguinte: a intenção originária do Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos é facilitar a marcação de exames médicos aos trabalhadores da função pública, que têm um elevado volume de trabalho, a fim de lhes permitir ficar a par, periodicamente, do seu estado de saúde e prevenir, quanto antes, doenças graves, uma medida de apoio à saúde que é bastante importante para os trabalhadores que estão a ficar mais velhos.

Contudo, com o actual mecanismo de marcação e os limitadíssimos recursos humanos, os funcionários públicos esperam muito tempo até conseguirem consulta, e segundo alguns deles, quando chega a sua vez é como se ganhassem o *Marksix*. Assim sendo, a intenção subjacente à criação deste Centro já deixou de existir há muito tempo, daí a dúvida de vários trabalhadores, ou seja, como o tempo de espera é longo, e as autoridades não têm planos de melhoria a curto prazo, porque é que, então, se esforçam tanto em manter o Centro de Exame Médico?

Com a evolução dos tempos e da tecnologia e, especialmente, com o surgimento das redes sociais, os funcionários públicos recebem, a qualquer momento, tarefas e missões atribuídas pelos seus superiores através de *Wechat*, *What'sapp* e outras aplicações de comunicação, por isso, a pressão do trabalho aumenta cada vez mais. Além disso, com o surgimento da pandemia, os

trabalhadores da linha da frente e da logística de vários serviços dedicam-se de corpo e alma ao trabalho, para proteger a saúde e a segurança dos cidadãos, e muitos deles vêem o seu estado de saúde piorar depois de estarem há muito tempo a trabalhar por turnos, portanto, a questão da saúde preocupa cada vez mais os funcionários públicos.

Pelo exposto, face ao aumento gradual do volume de trabalho e da pressão psicológica dos funcionários públicos, a Administração deve melhorar o funcionamento do Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos, aumentar os recursos humanos e médicos, e diminuir o tempo de espera para a realização de exames médicos, para o Centro não ser apenas uma “instituição decorativa”. Para além dos exames médicos gerais, o Governo deve ainda ponderar disponibilizar exames médicos específicos para as diferentes profissões e funções dos funcionários públicos e tomar medidas práticas para proteger melhor a saúde e elevar o moral dos funcionários públicos.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 25.11.2021**

### **Reforçar o apoio aos portadores de deficiência e construir uma sociedade inclusiva**

3 de Dezembro é o Dia Mundial da Fisioterapia e visa transmitir a ideia de oportunidades em pé de igualdade para a plena participação. Ao longo dos anos, o Governo tem promovido sistematicamente o desenvolvimento sustentável dos serviços de reabilitação para apoiar a integração social e a reabilitação dos portadores de deficiência e iniciou o Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016–2025). Definiu também a lei “Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência” e o regulamento administrativo “Plano do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho para trabalhadores portadores de deficiência”, com vista a incentivar e apoiar os portadores de deficiência no acesso ao emprego e com a devida salvaguarda ao nível salarial.

Apesar disto, ainda existem vários obstáculos que impedem a integração social dos portadores de deficiência, o que merece a nossa atenção. Por exemplo, segundo portadores com deficiências físicas que dependem da cadeira de rodas, nem todos os transportes públicos ou estabelecimentos dispõem de instalações livres de barreiras, portanto, precisam sempre da ajuda dos outros; e alguns portadores de leve deficiência mental viram o emprego recusado consecutivamente devido à sua deficiência ou foram até questionados sobre a sua deficiência durante as entrevistas. Estas situações prejudicam a auto-estima dos portadores de deficiência e até afectam a sua vontade de integrar-se na sociedade.

De acordo com os dados estatísticos sobre o “cartão de registo de avaliação da deficiência” do Instituto de Acção Social (IAS), até 30 de Junho, 15 268 pessoas tinham o referido cartão válido, e segundo a classificação do grau de deficiência, 16 425 pessoas eram portadoras de diversas deficiências, e entre estas, 10 958 eram portadoras de deficiências ligeiras e moderadas. Estas pessoas apresentam deficiências físicas, mas a sua capacidade de trabalho é idêntica à das outras pessoas em geral, e até são mais activas e participativas, têm vontade de participar na sociedade e de contribuir com os seus esforços, na expectativa de obterem o devido respeito e verem respeitados os seus legítimos direitos e interesses.

Assim, quanto ao reforço do investimento, à promoção da participação social e ao apoio às famílias com pessoas portadoras de deficiência, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Sugiro às autoridades que, tendo em conta o rumo de desenvolvimento da governação electrónica, revejam e simplifiquem os actuais procedimentos administrativos, e que, considerando as necessidades dos portadores de diferentes deficiências, lancem medidas específicas para aperfeiçoar os serviços

electrónicos e o seu acesso, para que as referidas pessoas possam aceder aos diversos serviços electrónicos públicos com mais facilidade. Além disso, as autoridades devem disponibilizar mais recursos na actual política de incentivo à contratação de deficientes, aumentando ainda mais a vontade das empresas em contratá-los, para que estes tenham mais oportunidades de acesso ao emprego.

2. Incentivar as diversas instituições e entidades a prestar serviços de apoio aos portadores de deficiência, para além do aumento das vagas dos diversos serviços de apoio comunitário, para aumentar a força do apoio comunitário. Mais, as autoridades devem proceder a uma avaliação global do ponto de situação da construção das instalações livres de barreiras arquitectónicas nos diversos bairros e, através do plano director, espalhá-las por todos os bairros, incluindo as instalações municipais e as infra-estruturas, no sentido de melhorar gradualmente o ambiente livre de barreiras em Macau. Devem ainda, sob o enquadramento das políticas, promover o aperfeiçoamento dos transportes públicos livres de barreiras e dar mais apoio aos portadores de deficiência nas suas deslocações e na sua integração na sociedade.

3. O Governo está a proceder ao balanço da fase intermédia do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, assim, proponho a recolha, de forma científica, das opiniões e solicitações dos interessados, e especialmente o reforço do apoio às pessoas com deficiência e às suas famílias. Ao mesmo tempo, há que conjugar a optimização do desenvolvimento dos projectos do “2.º Plano Quinquenal de Macau”, criando condições mais favoráveis para a reabilitação e a integração social das pessoas portadoras de deficiência, desenvolvendo os seus pontos fortes.

Finalmente, tenho de salientar que os portadores de deficiência, tal como o público em geral, devem gozar dos direitos de reabilitação médica, de educação e emprego, de apoio comunitário, de segurança social, de deslocações nos transportes, de recepção de informações, e de actividades culturais, recreativas e desportivas, entre outros. Macau aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, portanto, estas pessoas devem ver assegurados todos os direitos humanos e fundamentais, o direito à igualdade, à liberdade à dignidade e ao respeito. Apelo ao Governo para que dê mais importância e reforce o apoio aos trabalhos em causa, no sentido de se criar uma verdadeira igualdade de direitos e uma sociedade solidária.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 25.11.2021**

### **Eliminação contínua da violência doméstica e protecção dos direitos e interesses das vítimas**

No dia 25 de Novembro, celebra-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, com o objectivo de chamar a atenção da sociedade para a violência contra as mulheres. Com a entrada em vigor da “Lei de prevenção e combate à violência doméstica” em 2016, a protecção dos direitos e interesses das mulheres foram reforçados ao nível jurídico e, sob o esforço das associações e dos diferentes sectores da sociedade, começou a formar-se, gradualmente, um clima social de “tolerância zero” à violência doméstica. De acordo com os dados do sistema Central de Registo de Casos de Violência Doméstica, a partir de 2017, a participação de casos suspeitos de violência doméstica tem aumentado de ano para ano, o que reflecte uma maior consciência das vítimas em relação à denúncia. Todavia, não aumentou a percentagem nem das condenações nem das autuações por violência doméstica, situação que merece a nossa atenção.

A lei já entrou em vigor há mais de cinco anos, e o Governo e as organizações de serviços sociais já acumularam experiência e têm diversas opiniões sobre o aperfeiçoamento da lei e das respectivas medidas complementares. Por exemplo, relativamente aos pedidos de ajuda que recebi em matéria da violência doméstica, várias vítimas eram donas de casa, portanto, como os rendimentos provêm principalmente do marido, a sua autonomia económica é limitada. Mais, sob a influência dos conceitos tradicionais, muitas vezes as vítimas não avançam com a denúncia devido às preocupações com o alojamento no futuro, com os filhos, com questões económicas, etc. Quanto aos casos não qualificados como violência doméstica, nem sempre é possível aplicar as penas acessórias ou as medidas de protecção previstas na lei, portanto, é fácil a repetição das situações de violência doméstica.

É de salientar que, sob o impacto da epidemia, algumas famílias viram os seus rendimentos reduzidos, e facilmente surgem conflitos devido a problemas económicos e familiares, por isso, aumenta a probabilidade de ocorrência de violência doméstica. Como o próximo ano é o período de revisão da Lei de prevenção e combate à violência doméstica, a sociedade espera que as autoridades procedam a uma revisão aprofundada das diversas vertentes da execução da lei e das respectivas medidas complementares, com vista a apoiar, através de diversos meios, as vítimas de maus tratos e os seus filhos a voltarem à vida normal.

Sugiro então o seguinte:

1. Aperfeiçoar o procedimento de participação dos casos de violência doméstica. Segundo a minha experiência no tratamento destes casos, as

mulheres vítimas, para além de violência física, são muitas vezes alvo de maus-tratos psicológicos e verbais, de diferentes graus. Mas, neste momento, há dificuldades na recolha de prova destas situações, assim, sugiro às autoridades que criem um mecanismo, para, por exemplo, submeter as vítimas a uma avaliação psicológica, para que as vítimas de maus-tratos psicológicos durante longo tempo possam obter apoio adequado.

2. Aperfeiçoar os serviços de apoio às famílias vítimas de maus-tratos. Sugere-se o reforço das medidas de acompanhamento das vítimas de violência doméstica, por exemplo, estudar a possibilidade de fornecer recursos financeiros, alojamento e outros apoios adequados de acordo com a situação real antes, durante e depois do processo, e não definir as medidas de protecção e as penas acessórias na Lei da violência doméstica, porque as condutas de violência doméstica não conseguem ser criminalizadas nos termos desta lei, e, assim, a concretização das medidas de protecção é afectada e não é possível reduzir a possibilidade da repetição de casos de violência.

3. Reforçar a coordenação dos casos de violência doméstica transfronteiriça. Em resposta ao actual aumento dos casamentos transfronteiriços, da vida e do trabalho transfronteiriço das famílias de Macau, podem ocorrer casos de violência doméstica no Interior da China, assim, sugiro às autoridades que reforcem os mecanismos de coordenação e de notificação com os serviços competentes do Interior da China, com vista a salvaguardar a harmonia familiar nos dois lados.

4. Rever a eficácia da colaboração interdepartamental. Há que implementar, activamente, os planos de trabalho constantes do novo Relatório das LAG, reforçando continuamente os mecanismos de colaboração interdepartamental e recorrendo à formação para melhorar a capacidade do pessoal da linha da frente ao nível da identificação, comunicação e tratamento dos casos de violência doméstica.

5. Implementar a conciliação familiar para resolver os conflitos. Os conflitos familiares são frequentemente os primeiros sinais de divórcio ou violência doméstica, por isso, proponho às autoridades que acelerem a regulamentação da conciliação familiar, e que dêem mais apoio aos serviços de “conciliação familiar” proporcionados pelas instituições de serviço social privadas e que promovam estes serviços no seio da sociedade, no sentido de reduzir a possibilidade de os conflitos familiares se transformarem em violência doméstica.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 25.11.2021

### **Aproveitar o abrandamento da pandemia para relaxar os requisitos da passagem fronteiriça, em prol da recuperação do turismo de Macau**

Recentemente, graças ao impacto dos dois grandes eventos turísticos, nomeadamente, o Grande Prémio e o Festival da Gastronomia de Macau, o número de visitantes aumentou, e o sector do turismo e as micro, pequenas e médias lojas registaram um aumento de 20% nos negócios. Isto, juntamente com as recentes notícias sobre a flexibilização das medidas de passagem fronteiriça, deixou muitos comerciantes com a esperança de fazer negócio no segundo semestre do ano. Para o sector do turismo e os lojistas aproveitarem melhor as oportunidades de recuperação do turismo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aproveitar a atractividade dos eventos de grande dimensão para aumentar a vontade de consumo por parte de visitantes

O ano está prestes a terminar, e vêm aí dois feriados importantes: o 22.º aniversário do retorno de Macau e o Natal. A par disso, a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) vai organizar o “Festival de Luz de Macau 2021 – Viajantes de Marte”, com a instalação de iluminação nos diversos bairros comunitários (incluindo na Taipa e Coloane), a organização de jogos interactivos e espectáculos de vídeo *mapping*. Creio que isto contribui para animar a cidade e aumentar a vontade de consumo por parte de residentes e turistas. Proponho às autoridades que se baseiem na experiência bem-sucedida da adopção de medidas de prevenção da pandemia durante o Grande Prémio e dos trabalhos de controlo do tráfego e do fluxo de pessoas, e colaborem com os lojistas no lançamento dos programas turísticos “Vamos! Macau” e “Macau Cheia de Diversão”, para estimular o consumo turístico, reforçando a divulgação do turismo, atraindo os visitantes através da organização de grandes eventos e do ambiente festivo, e prolongando a estadia dos visitantes em Macau. Tudo isto para deixar que o ano de 2021 termine com “mais clientes e mais receitas”.

2. Acelerar a promoção do projecto “Turismo +”, para apoiar a comunidade a promover a economia.

O “Turismo +” é o principal projecto de promoção turística de Macau, e o “Turismo + Convenções e Exposições”, o “Turismo + Aprendizagem”, o “Turismo + Desporto”, o “Turismo + Tecnologia” e o “Turismo + Cultura e Criatividade” podem contribuir para promover a economia comunitária e aumentar a vontade dos turistas em permanecer cá. Por exemplo, no dia 22 de Novembro, realizou-se a actividade “Arraial na Ervanários” integrando o elemento tecnológico e turístico RA com o cenário dos pontos turísticos típicos, enriquecendo a experiência de visita dos turistas. Proponho que o Governo tome como referência esta prática, aproveite a oportunidade da chegada do Natal, do Ano Novo e do Ano Novo Lunar para lançar planos de curto, médio e longo prazo “Turismo +” mais diversificados,

que escolha o projecto que melhor corresponda às necessidades de Macau, e que, em articulação com as actividades de descontos oferecidos por diferentes lojas, revitalize a comunidade, valorize a experiência turística e atraia os turistas a consumir em Macau, para que os residentes e os turistas passem aqui bons momentos.

### 3. Aproveitamento dos registos de itinerários para prevenir a importação de surtos

A prevenção rigorosa da importação da epidemia é a premissa para garantir a abertura em contínuo das fronteiras. O Governo lançou recentemente o sistema de registo de itinerários para facilitar o registo das deslocações dos residentes e visitantes, o que se reveste da maior importância para o acompanhamento quer da epidemia quer das referidas deslocações. Sugere-se que se atraia e incentive os visitantes a utilizar este sistema para garantia da sua própria segurança, elevando-se o nível de prevenção de epidemias em Macau.

### 4. Lutar pela normal abertura das fronteiras com Guangdong e Hong Kong para restaurar a vitalidade da economia comunitária

Antes do surto (em 2019), Macau recebia 39,4 milhões de visitantes, 12,8 milhões da província de Guangdong e 7,4 milhões de Hong Kong, representando 51% do total das chegadas nesse ano. Portanto, se conseguirmos lutar pela normal abertura das fronteiras entre a província de Guangdong e Hong Kong, será positivo o impacto na recuperação da economia local. Nos últimos dias, a taxa de vacinação em Macau ultrapassou os 70%, e com o aumento gradual da taxa de vacinação, os três territórios já implementaram o registo de itinerários e há quarenta e oito dias que não há novos casos em Macau. Sugere-se que se lute para que a passagem das fronteiras entre Guangdong, Hong Kong e Macau volte ao normal antes do final do ano, atraindo visitantes a Macau e dinamizando a comunidade.

**IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Chui Sai Cheong e Vong Hin Fai em  
25.11.2021**

**Criação do regime de certificação profissional de electricista  
Promoção do desenvolvimento do sector da engenharia electromecânica**

Registou-se, recentemente, um incêndio na caixa eléctrica de um edifício em Macau e explosões, o que demonstra que existem muitos perigos latentes na utilização da energia eléctrica por parte da população, especialmente devido à falta de manutenção e a ligações ilegais dos circuitos eléctricos nos edifícios antigos, criando diversos riscos e perigos, podendo até causar mortos e feridos. O Governo deve necessariamente reforçar a avaliação da situação do sector da engenharia electromecânica de Macau, com vista a dar resposta às necessidades quer das empresas, quer da população em geral na sua vida quotidiana, e avaliar e fiscalizar os equipamentos de fornecimento de energia eléctrica e os respectivos serviços de reparação e manutenção.

Faltam talentos na área da engenharia electromecânica e o respectivo regime de registo profissional aplica-se apenas aos profissionais com grau universitário ou superior, o que limita o desenvolvimento do sector. De acordo com o Relatório do Estudo sobre a Procura de Talentos no Sector da Construção de Macau 2020-2022, conduzido pela Faculdade de Finanças da Universidade da Cidade de Macau, nos próximos três anos, na área dos profissionais de engenharia electromecânica, a maior procura será de gestores de projectos, entre 32 a 50 pessoas; na área dos técnicos, a maior procura será de técnicos de equipamentos de bombeiros, entre 102 a 202 pessoas; e na área dos operadores, a maior procura será de operadores de sistemas de telecomunicações, entre 58 a 72 pessoas. Quanto aos próximos seis anos, na área dos profissionais, a maior procura será de gestores de projectos, entre 47 a 78 pessoas; na área dos técnicos a maior procura será de técnicos de equipamentos de bombeiros, entre 132 a 252 pessoas; e na área dos operadores, a maior procura será de operadores de sistemas de telecomunicações, entre 60 a 94 pessoas.

Até ao momento, ainda não foi estabelecido um sistema de certificação profissional para os electricistas, o que resulta na falta de reconhecimento profissional dos electricistas e em desigualdades na qualidade dos serviços, afectando a percepção da população em relação a todo o sector. Por outro lado, devido à falta de um sistema de certificação profissional de electricistas e à falta de indicadores técnicos e salariais objectivos, é difícil atrair novos talentos a ingressarem no sector para suprir a falta de pessoal, o que afecta o desenvolvimento ordenado do sector.

*(Tradução)*

Assim, sugere-se ao Governo que, com base nos dados actuais, reveja as insuficiências no desenvolvimento do sector da engenharia electromecânica e as imperfeições dos respectivos regimes, por forma a reforçar a formação de pessoal nesta área, bem como que crie um regime de certificação para os electricistas, com vista a aperfeiçoar o regime de certificação para as diferentes classes e assegurar o desenvolvimento sustentável do sector da engenharia electromecânica.

## IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 25.11.2021

### Melhorar o Turismo+ e revitalizar as exposições e os espectáculos

De acordo com o relatório das estatísticas das indústrias culturais, divulgado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC) no passado dia 23, em 2020, as receitas dos serviços das indústrias culturais cifraram-se em 5 mil milhões de patacas, menos 36,9 por cento, e o valor acrescentado bruto (VAB), que reflecte o contributo económico destas indústrias, desceu também 27,9 por cento e fixou-se em 2,14 mil milhões de patacas.

As indústrias culturais são compostas por 4 áreas, nomeadamente, *design* criativo, exposições e espectáculos culturais, colecção de obras artísticas e *media* digital. Em 2020, as exposições e os espectáculos culturais foram os mais afectados e as receitas desceram mais de 60 por cento. A produção de artes performativas constituiu uma parte relevante da área “Exposições e espectáculos culturais”, e as suas receitas representaram 55,9 por cento do total das receitas dessa área. Uma vez que as receitas dos serviços diminuíram 76,5 por cento, o VAB baixou significativamente, aliás, 92 por cento, e fixou-se em 13,10 milhões de patacas.

Sob o impacto da epidemia imprevista, todos os sectores foram afectados e o mercado das indústrias culturais contraiu-se, mas vimos a tendência crescente de participação dos residentes em actividades culturais.

Segundo o “Inquérito à Participação dos Cidadãos em Actividades Culturais”, também divulgado pela DSEC, no segundo trimestre de 2021, o número de participantes em actividades culturais subiu, significativamente, 27 por cento face ao trimestre homólogo de 2020, atingindo 291 mil pessoas, 51,4 por cento com idade igual ou superior a 16 anos, um aumento de 12 por cento em relação ao ano anterior. Participaram em actividades culturais 250 400 residentes, e a taxa de participação nestas actividades foi de 54 por cento, um aumento de 10,7 por cento em relação ao ano anterior.

Uma série de dados indica que, com a normalização da epidemia, houve contracção do mercado, mas aumentou a procura de actividades culturais por parte da população. As causas são múltiplas. Devido às inconveniências de ir viajar, os residentes de Macau consomem e divertem-se em Macau, aumentando assim o número de pessoas que participa em actividades culturais. As excursões realizadas pela DST também aumentaram o entusiasmo dos residentes em participar em actividades culturais locais, tornando-se um forte suporte para as actividades culturais de Macau.

Os cinco grandes tipos de actividades culturais analisadas no referido relatório são: “ir à biblioteca”, “visitar museus ou locais do património mundial”, “ir ao

cinema”, “assistir a espectáculos” e “visitar exposições de arte”. Para além de “assistir a espectáculos”, com um crescimento negativo de 0,6 por cento, as outras quatro actividades subiram 0,9 e 9,6 por cento, respectivamente.

Destes dados resulta que, sob a queda notória dos rendimentos dos serviços e do valor acrescentado, registada em quatro áreas da indústria cultural, o desenvolvimento deste sector sofreu um grave impacto. A redução significativa do número de produção de espectáculos artísticos acarretou impacto para os que trabalham na área da cultura e das artes e diminuiu, indirectamente, as escolhas dos cidadãos no seu consumo, portanto, o que acontece é que os cidadãos têm menos oportunidades de ver espectáculos, mas não menos vontade de o fazer.

Quanto a estes dados, uns com aumento, outros com descida, tenho duas sugestões:

1. Continuar a aperfeiçoar a política do Turismo+, consolidar as “excursões locais” e a participação contínua da população em actividades culturais

Sugere-se que os serviços de turismo reforcem a cooperação com académicos, artistas e escritores locais, para explorar as bases históricas e culturais de Macau e enriquecer os elementos culturais do Turismo+. Por exemplo, a partir das celebridades chinesas e estrangeiras de Macau e narrações históricas, e em conjugação com as visitas a cenários reais, museus, actividades artísticas, etc., planear o turismo “in-depth”; tendo em conta que há visitantes cada vez mais novos com características personalizadas, envidar esforços para satisfazer as suas necessidades; e incentivar os cidadãos a conhecerem de forma profunda a nossa história e cultura, dinamizando o desenvolvimento sustentável das excursões locais.

2. Tomar medidas e agir activamente face ao crescimento negativo de “assistir a espectáculos”.

Em comparação com a actividade “ir ao cinema”, que tem uma natureza semelhante e registou igualmente um aumento, “assistir a espectáculos” é a única actividade com queda. Porquê? Crê-se que se deveu ao significativo crescimento negativo da “produção de artes performativas” na área das “Exposições e espectáculos culturais” em 2020. A taxa de participação caiu, naturalmente, devido ao encerramento dos locais de espectáculos e à suspensão ou cancelamento das diversas actividades artísticas por causa da epidemia. Tendo em conta a continuidade e imprevisibilidade desta, sugiro que o Instituto Cultural e as entidades gestoras das instalações de espectáculos mantenham uma comunicação estreita com o sector, elevando a precisão da prevenção e elaborando os critérios de abertura das instalações de espectáculos durante a epidemia, e providenciando medidas de apoio aos espectáculos, para proporcionar à população actividades culturais e recreativas. Tal pode apoiar as indústrias respectivas, promover o regresso à normalidade das exposições e

espectáculos culturais e ajudar a aliviar as emoções dos cidadãos devido à epidemia, através de actividades artísticas.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 25.11.2021**

### **Estudar o aproveitamento dos espaços subterrâneos para maximizar os recursos de solos da RAEM**

Com o avanço das técnicas de construção, a solidez e a impermeabilidade das obras subterrâneas têm evoluído bastante, por isso, em todo o mundo, adoptam-se ideias e métodos inovadores para aproveitar os espaços subterrâneos. Singapura construiu, no subsolo, um reservatório e uma central de dessalinização, e em Helsínquia, capital da Finlândia, foi construída uma rede rodoviária subterrânea. No Interior da China, muitos edifícios comerciais têm os espaços subterrâneos ligados, formando uma superfície comercial que funciona independentemente das condições climatéricas, com conexão à rede de transportes. No Posto Fronteiriço de Hengqin, além das instalações do posto fronteiriço no rés-do-chão e dos edifícios comerciais circundantes, foi construído no subsolo um grande centro modal de transportes. Isto demonstra que estas técnicas de construção estão bastante maduras, e o aproveitamento diversificado dos espaços subterrâneos é uma opção viável para o desenvolvimento sustentável das cidades de alta densidade.

Além das questões técnicas, o desenvolvimento do espaço subterrâneo requer um regime jurídico completo de “propriedade subterrânea”. Para explorar o espaço subterrâneo, Singapura começou por legislar sobre a “propriedade subterrânea”, e acabou por definir que a profundidade da propriedade privada é até 30 metros abaixo do nível do solo, e o espaço mais profundo já é público, onde o Governo não precisa de pagar qualquer compensação para a realização de obras públicas. Se a profundidade for inferior a 30 metros, a lei define expressamente as condições de requisição e os critérios de compensação.

A área global do terreno abrangida pelo Plano Director será de 36,8 km<sup>2</sup>, até 2040, e tendo em conta a população prevista, que é de 800 mil residentes, a densidade populacional será de 22 mil pessoas por quilómetro quadrado, portanto, continua por resolver o problema da falta de terrenos e a alta densidade populacional. Assim, como maximizar os recursos de solos é uma questão de longo prazo que merece a nossa reflexão e planeamento metuculoso. É necessário criar condições para a construção de espaços subterrâneos, por isso, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve proceder, quanto antes, aos estudos de viabilidade sobre a construção de espaços subterrâneos nas zonas que reúnem condições, por exemplo, o antigo Canídro, o antigo posto fronteiriço de COTAL e a zona C dos novos aterros. Deve definir, nos planos de pormenor, os requisitos e os projectos para a construção de espaços subterrâneos, no sentido de criar condições para a resolução da falta de espaço.

2. No projecto do Plano Director, propõe-se que a Zona A dos Novos Aterros

Urbanos seja um portal da cidade, onde vão ser construídos muitos espaços públicos abertos e zonas verdes, criando-se uma zona com alta acessibilidade e com condições ideais de vida. Mais, vai ser adoptado um modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos (TOD). Assim, em princípio, já estão criadas as condições para a construção de espaços subterrâneos naquela zona. Proponho que, nos planos de pormenor, seja definido de forma mais clara o espaço subterrâneo desta zona, por exemplo, o âmbito, a profundidade, a natureza e as funções das instalações subterrâneas, as condições de segurança, etc., no sentido de transformar esta zona num exemplo do aproveitamento intensivo dos espaços subterrâneos.

3. Para melhor aproveitar o espaço subterrâneo, há que definir primeiro os diplomas legais, por isso, o Governo deve proceder, oportunamente, a estudos sobre a legislação da “propriedade subterrânea”, clarificando a titularidade dos terrenos e o direito de uso do espaço subterrâneo, no sentido de fornecer uma base legal para os eventuais direitos e interesses respectivos. Ao mesmo tempo, deve garantir que os diplomas sejam prospectivos e exequíveis, para promover a exploração de espaços subterrâneos em Macau.